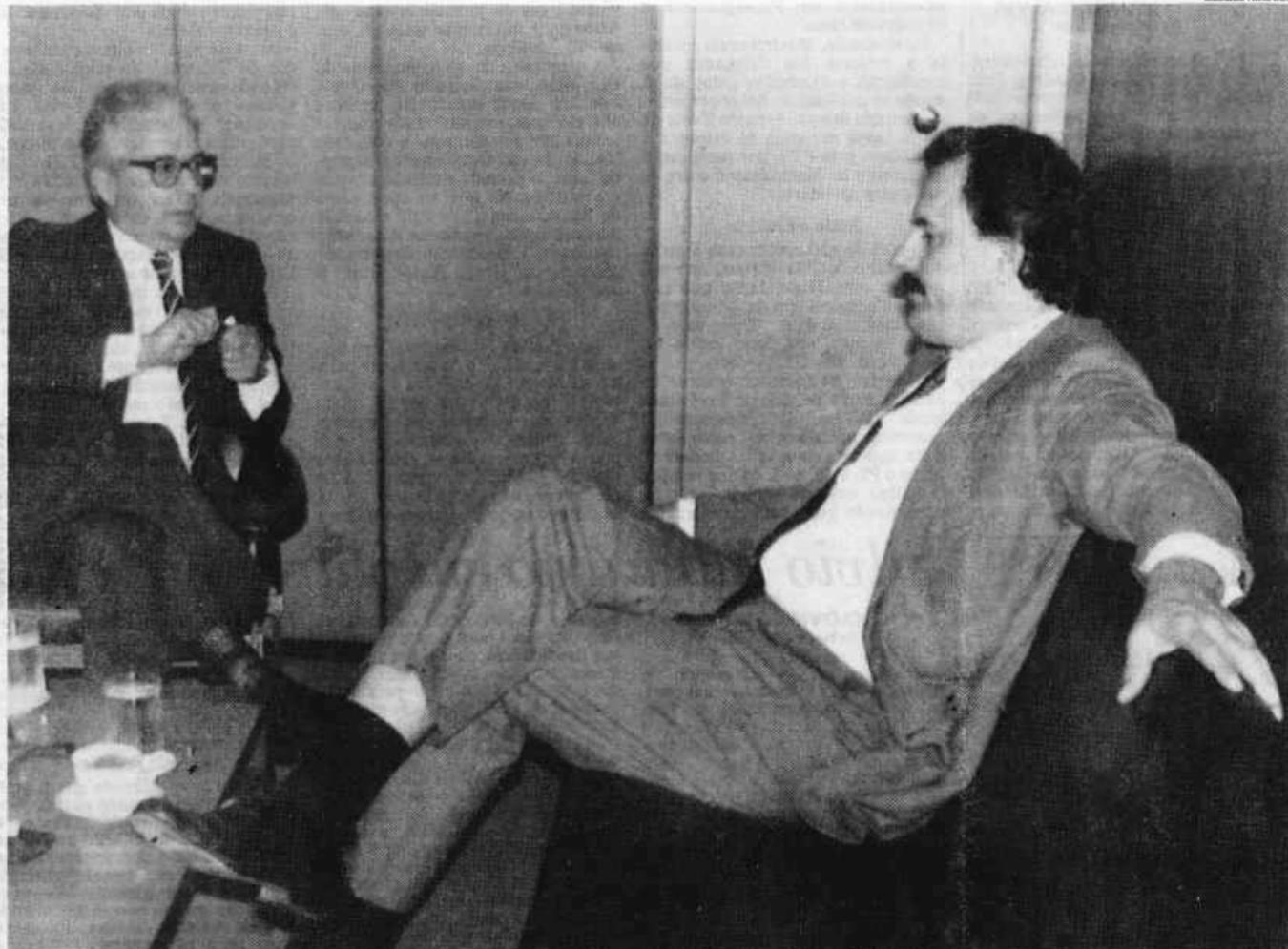


PMDB e PFL negociam acordo para emendas supressivas



Os líderes do PFL na Câmara, José Lourenço (esq.), e do PMDB no Congresso constituinte, Nelson Jobim, discutem no gabinete da liderança do PMDB

Jobim e Lourenço tentam fechar uma proposta comum para o segundo turno de votação do texto aprovado pelo Congresso constituinte

Da Sucursal de Brasília e do enviado especial

O líder do PMDB no Congresso constituinte, deputado Nelson Jobim (RS), fixou ontem o limite para a negociação de emendas supressivas no segundo turno de votação da nova Constituição. "O que foi aprovado por acordo partidário no primeiro turno deve permanecer", disse à Folha. À tarde, Jobim recebeu o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), em seu gabinete. A "conversa exploratória" entre os dois lançou pontes para a "troca" de emendas.

Se no primeiro turno os acordos foram tentados artigo a artigo, emenda a emenda, agora a situação exige uma negociação global, onde a supressão de um artigo que não interessa ao Centrão — por exemplo a nacionalização do subsolo — seria trocada pela retirada do que não interessa à esquerda — por exemplo a forma final dada ao texto sobre reforma agrária.

O critério estipulado por Jobim, que deixa de fora da negociação o que foi objeto de acordo no primeiro turno, praticamente garante a manutenção, por exemplo, do direito de greve e da ampliação para 120 dias da licença-gestante. Mas não exclui a supressão de coisas como a anistia das dívidas. "Pessoalmente, eu sou contra esse artigo", afirmou Jobim.

Troca

"Nem o PMDB nem o PFL têm sozinhos 280 votos para aprovar qualquer emenda", admitiu Jobim. "Mas para onde esses partidos penderem as definições serão toma-

das". Jobim explicou que a "troca" de emendas será feita "depois de uma avaliação sobre o peso específico de seu conteúdo". Ele acredita que, principalmente da esquerda, "virá uma série de emendas que servirão para negociar, trocando-se a aprovação da emenda 'x' pela da emenda 'y'".

Lourenço deixou o encontro repetindo o raciocínio básico de Jobim: "Nem eu nem ele temos maioria para impor nossas vontades". Mas a atitude do PFL, que já listou as prioridades para as mudanças no segundo turno, dá indícios de que o Centrão tem mais interesse em promover mudanças no segundo turno que o PMDB ou os partidos de esquerda.

Pacote

Hoje mesmo Lourenço leva a Jobim um pacote com cerca de 50 emendas supressivas, elaboradas por um grupo suprapartidário sob a coordenação do deputado Ronaro Correia (PFL-MG). Pelo calendário de Jobim, só na próxima segunda-feira o PMDB terá a sua lista de emendas. "O processo de decisões do PMDB é complexo, não depende apenas da vontade do líder", justificou Jobim.

Prevedendo um ritmo intensivo de negociações entre os dois partidos, José Lourenço advertiu os cinegrafistas da TV Globo, que chegaram atrasados para a cobertura do encontro e pediram aos dois líderes que simulassem uma conversa para o registro da imagem: "Guardem esse filme porque vocês terão que repeti-lo todos os dias". (Ricardo Amaral e Alon Feuerwerker)

Pefelista leva lista com 25 emendas à Carta do 1º turno

Da Sucursal de Brasília

As cerca de 50 emendas que o líder do PFL, José Lourenço (BA), entregará hoje — para abrir negociações com o líder do PMDB no Congresso constituinte — resultam de um discreto trabalho do deputado Ronaro Correia (PFL-MG). Eleito com 62 mil votos, sem nunca ter disputado qualquer eleição anteriormente, Correia trabalhou nos últimos 15 dias à frente de uma comissão suprapartidária no levantamento de emendas supressivas.

A comissão de Ronaro foi uma perfeita miniatura do Centrão, grupo que o líder do PFL afirma que não existe mais. Lá estavam Waldeck Ornelas (PFL-BA), Ricardo Isar (PFL-SP), Aroldo de Oliveira (PFL-RJ), Gilson Machado (PFL-PE) e Christóvam Chiaradia (PFL-MG). A lista começa por "25 emendas cuja retirada é extremamente importante", segundo José

Lourenço. Entre estas estão o voto aos 16 anos, a jornada de seis horas para turnos ininterruptos de revezamento, o tabelamento de juros, o fim dos contratos de risco, a nacionalização da mineração e a licença-paternidade.

A outra metade é negociável, mas inclui pontos aprovados por acordo de lideranças, como a ampliação da licença-gestante e o direito irrestrito de greve. O pacote de Ronaro Correia foi aprovado ontem pela liderança do PFL. A estas emendas virão se juntar as que serão apresentadas pelo líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que convocou para amanhã uma reunião com seus vice-líderes.

A ala direita do Congresso constituinte vai avaliar as emendas sugeridas pelos empresários, reunidos na Confederação Nacional da Indústria. Ronaro Correia está confiante nas negociações com o PMDB.

PMDB estuda propostas de supressões no segundo turno

Da Sucursal de Brasília

"A única certeza que temos é quanto ao que não queremos que seja retirado do texto", disse o líder do PMDB no Congresso constituinte, o deputado gaúcho Nelson Jobim, ao anunciar o calendário de seu partido para a apresentação de emendas supressivas no segundo turno. Amanhã ele recebe um relatório preparado por oito minicomissões temáticas, formadas cada uma por três deputados do partido.

Jobim quer submeter esses relatórios ao presidente do partido, Ulysses Guimarães, a seu vice-líder, senador Nelson Carneiro (RJ) e aos líderes do PMDB no Senado, Ronan Tito (MG), e na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS). "Há uma infinidade de artigos que remetem decisões para a lei ordinária e, passada a Constituinte, termina o meu trabalho, mas não o dos líderes na Câmara e no Senado", justificou.

O deputado pretende comparar também as emendas sugeridas com a votação que elas receberam da bancada peemedebista no primeiro turno. "Quero manter a consistência do partido", explicou. Por esse critério, não está inviabilizada a supressão de uma emenda que tenha recebido o apoio da maioria do PMDB no primeiro turno, "mas qualquer mudança de posição terá que ser muito bem justificada", disse Jobim.

Nelson Jobim avalia que o Congresso constituinte só tem duas atitudes a tomar no segundo turno: "A supressão global de artigos e capítulos, o que não significa necessariamente destruir estas disposições, mas reservar a elas um outro espaço, na legislação ordinária; e a supressão parcial, que apenas disciplina os itens de maneira diversa, deixando também margem para uma revisão futura."

Ulysses recebe texto e defende entendimento

Da Sucursal de Brasília

O presidente da República interino e presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, defendeu ontem a realização de acordos sobre os pontos polêmicos do "Projeto B" de Constituição, que recebeu às 12h30 do relator Bernardo Cabral. O texto será votado em segundo turno pelos constituintes a partir do dia 21. Amanhã, às 14h30, será iniciada a discussão da versão organizada pelo relator, e inicia-se o prazo de cinco dias para apresentação de emendas.

Para Ulysses, entre os pontos mais polêmicos — candidatos a receberem maior número de emendas supressivas no segundo turno — estão a licença-paternidade de 8 dias, a licença-gestante de 120 dias, a jornada de 6 horas para turnos contínuos, o direito de voto aos 16 anos e parte dos dispositivos que regulam o direito de greve e a atribuição de salários aos deficientes físicos.

"Conversarei esta semana com o relator Bernardo Cabral, relatores-adjuntos e as lideranças partidárias, para ver os textos onde há acordo — para manter ou para ser retirado. Onde não houver acordo vai a voto", afirmou Ulysses, que disse acreditar numa votação rápida.

O presidente não quis revelar os pontos que, em sua opinião pessoal, deveriam ser suprimidos da nova Carta. "O presidente não emenda. Depois vão dizer que eu estou interferindo na Constituição", brin-

cou. "Embora eu tenha algumas idéias é lógico que eu não vou dizer nada."

Segundo o relator Bernardo Cabral, as discussões no segundo turno serão, além dos temas citados por Ulysses, sobre os dispositivos da anistia fiscal, da limitação de juros bancários em 12% e da reforma agrária em algumas propriedades produtivas. "Acho, porém, que dificilmente serão alterados os pontos aprovados por acordo", ressaltou Cabral. Para o relator, "estão iludindo os empresários, dizendo que será fácil retirar o que eles não querem".

Fiesp e multinacionais

Ulysses Guimarães comentou as declarações do líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, que saiu de um almoço na sede da Fiesp — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — dizendo que os empresários paulistas querem um envolvimento maior do governo federal no segundo turno. "Todos têm o direito de opinar, e o governo também. O que não pode é pressionar, o que não é aceitável é que, por maneiras incorretas, se obtenha a decisão da Constituinte", disse o presidente da República interino.

À tarde, depois de uma audiência com Ulysses no Palácio do Planalto, o deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) disse que o presidente considerou "uma falta de respeito" ao Congresso constituinte a campanha de mais de US\$ 1 milhão das

Deputado se diz "orgulhoso" e faz discurso

Da Sucursal de Brasília

"Ver tanta gente assim, tantos repórteres, me dá cócegas na língua." Sorridente diante da pequena multidão espremida no gabinete da presidência da Câmara, entre câmeras de TV e litros de suor, o presidente da República interino, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), demonstrava entusiasmo. Depois de erguer, como um troféu, o texto do Projeto "B" de Constituição que acabara de receber do relator Bernardo Cabral, Ulysses engrenou num discurso de exaltação à nova Carta. "Tenho orgulho dessa Constituição futura", declarou o deputado, para quem a "Constituinte teve a coragem do ineditismo, da originalidade".

Ao lado de seus substitutos nas presidências da Constituinte e da Câmara, o senador Mauro Benevides (PMDB-CE) e o deputado Homero Santos (PFL-MG), Ulysses saudou a nova Carta como uma "fronteira móvel, avançando sobre as áreas dos destituídos, dos humilhados". "Teremos a reversão da pirâmide que inestabilizava socialmente o país, com base em Brasília, na pessoa do presidente da República, e os municípios na base, de

cabeça para baixo", garantia, erguendo a voz.

Ao reconhecer as falhas do texto, Ulysses prometia discussões e acordos para corrigi-las. "Vamos melhorar, vamos polir, passar uma lixa", ensaiou, proporcionando a deixa que o deputado José Genoíno (PT-SP) esperava. "Cuidado com a lixa, presidente, não pode ser muito forte", alfinetou, numa referência aos pontos do texto que o empresário promete lutar para suprimir no segundo turno. Entre gargalhadas dos presentes, Ulysses não se abalou: "Está com medo da lixa?"

Na saída, depois de 35 minutos de solenidade e com uma segurança bem menos trululenta que a do titular, o presidente da República interino desceu a rampa do Congresso depois de dar um autógrafo no Salão Verde. Antes de entrar no Landau preto, fazendo o gesto característico com os dois braços erguidos, Ulysses despediu-se do líder do governo no Senado, Saldanha Derzi ("meu líder") e do esquentado líder do PFL na Constituinte, José Lourenço (BA). "Eu estou aí agora, disponha", falou, indicando o Palácio do Planalto. (Marcelo Xavier de Mendonça)

empresas multinacionais instaladas no Brasil, organizada para derrubar no segundo turno de votação os

pontos que consideram prejudiciais às suas atividades. A notícia foi publicada ontem pela Folha.